



Exército do Lula: Kassio quer pente-fino da Meta

Presidente do TSE atende a pedido da campanha de Flávio. Canal administrado por Janones é acusado de abuso de poder político e ministro pode decidir se continua no ar

» ARMANDO HOLANDA
» RENATO SOUZA

O ministro Kassio Nunes Marques, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), determinou que a Meta apresente, em até 24 horas, um relatório técnico sobre o Exército do Lula, administrado pelo deputado André Janones (Rede-MG). A decisão atende a um pedido da campanha do presidencialível Flávio Bolsonaro (PL). O magistrado pode decidir hoje sobre a permanência ou não do canal no ar.

De acordo com interlocutores de Kassio, ouvidos pelo **Correio**, o ministro pode expedir uma liminar suspendendo as atividades do Exército do Lula até o fim do segundo turno das eleições. O argumento, de acordo com essas fontes, seria a suspeita de abuso de poder político no uso de meios de comunicação social.

Só que uma eventual suspensão do canal é considerada extrema por colegas do presidente do TSE. E também por membros do Supremo Tribunal Federal (STF), que poderia ser acionado para reverter a decisão do ministro.

Na ação que levou à decisão de Kassio, a campanha de Flávio argumenta que as ordens emitidas por Janones no canal (de hashtags em horário marcado, comentários e textos prontos) configuram comportamento coordenado e são cumpridas no Instagram, no Facebook e no Threads. Os advogados do candidato do PL também apontam que o Exército do Lula orientou seus inscritos a pesquisar no Google a expressão “Bolsonaro mandou matar Lula” e a elevar hashtags no X (antigo Twitter). Com base nisso, pediu que a supervisão seja estendida ao Google e ao X.

Kassio determinou que a Meta envie ao TSE dados sobre alcance, engajamento e outras métricas do canal. A medida liminar poderia também abarcar as redes sociais de Janones, sob o argumento de que o deputado

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Canal Exército do Lula chegou a ser tirado do ar por Kassio. Mas corregedor restabeleceu funcionamento

usou o espaço virtual para alavancá-las, sem que isso fosse informado à Justiça Eleitoral — parte dos 8 milhões de inscritos no Exército do Lula teriam, supostamente, migrado para o Instagram do parlamentar após pedidos feitos por ele.

Segundo Kassio, o objetivo do procedimento é permitir o confronto entre o plano de conformidade entregue à Justiça Eleitoral e as medidas efetivamente adotadas. “Saber o que foi examinado, com que critério e com que resultado é pressuposto de qualquer juízo sobre a aderência ao plano, e essa informação está em poder do provedor”, observou.

O relatório da Meta deve apresentar, entre outros pontos: identificação de comportamento coordenado; análise dos padrões de engajamento e distribuição; avaliação dos conteúdos à luz das

práticas de prevenção à desinformação; e padrões de sincronização, replicação, engajamento e circulação de conteúdos entre o canal e outras redes sociais.

Sem suspensão

Porém, na quarta-feira, Kassio deixou claro que não suspenderia canais no WhatsApp 48 horas antes da eleição de domingo e 24 horas depois. Uma minuta com esse teor estava sendo elaborada pelo gabinete do ministro André Mendonça, vice da Corte, mas foi rechaçada pelo presidente do TSE. O tema pode ser analisado depois do pleito de domingo e, se eventualmente aprovado, ser adotado para as eleições municipais de 2028.

A discussão sobre os canais digitais tem provocado desconforto entre integrantes da Justiça Eleitoral, que enxergam nisso uma porta

aberta para a campanha de Flávio ampliar os ataques à mobilização de apoiadores da reeleição do presidente. A preocupação na Corte é que uma intervenção sobre canais políticos, a poucos dias do pleito, interfira na campanha.

O Exército do Lula reúne mais de 8,3 milhões de pessoas e, dias atrás, foi retirado do ar pelo próprio Kassio. Mas a decisão foi revista pelo o corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, que contestou a cautelar e determinou, preventivamente, que o funcionamento do canal fosse mantido.

Em 16 de outubro e na terça-feira passada, os integrantes do TSE discutiram a elaboração de regras para canais de grande alcance no período eleitoral. Segundo o gabinete de Mendonça, houve consenso sobre a necessidade de tratar do tema. **(Com Agência Estado)**

Parlamentares cobram paridade de armas

A atuação da Meta nas eleições brasileiras chegou ao Congresso dos Estados Unidos. Um grupo de 13 parlamentares norte-americanos encaminhou, ontem, uma carta a Mark Zuckerberg — o presidente-executivo da empresa controladora do Instagram, do WhatsApp, do Facebook e do Threads — cobrando explicações sobre denúncias de tratamento desigual entre as campanhas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do senador Flávio Bolsonaro (PL). Entre os signatários, estão o senador Bernie Sanders e a deputada democrata Pramila Jayapal. O documento aponta possíveis restrições à circulação de conteúdos favoráveis ao candidato à reeleição e mecanismos de recomendação que teriam beneficiado o adversário nas plataformas da companhia.

“Estamos, portanto, profundamente preocupados com relatos confiáveis de que as plataformas da Meta estariam restringindo ou suprimindo conteúdos associados à campanha de Lula, ao mesmo tempo que ampliam o alcance ou recomendam conteúdos associados à campanha de (Flávio) Bolsonaro, criando, assim, condições marcadamente desiguais no ambiente digital”, afirmam os congressistas. Para os parlamentares, o eventual favorecimento de uma candidatura por uma empresa de tecnologia, de forma deliberada ou não, representa um risco à igualdade de condições na disputa eleitoral.

Brendan Smialowski/AFP



Cobrança de não interferência na eleição brasileira foi dirigida a Zuckerberg

Suspeitas

A carta apresenta uma série de episódios que, segundo os signatários, sustentam as suspeitas. Um deles foi a desativação da conta de anúncios de Lula no Facebook, em 23 de setembro, a 11 dias do primeiro turno. Outro ocorreu entre 9 e 10 de outubro, quando publicações da campanha petista teriam sido impedidas de receber impulsionamento no Instagram. Conforme estimativa apresentada pela

equipe do presidente e reproduzida no documento, aproximadamente 1,3 milhão de pessoas deixaram de receber anúncios por causa da segunda restrição.

Os congressistas também mencionam relatos de funcionários da Meta sobre recomendações algorítmicas que teriam favorecido o perfil de Flávio e um canal de WhatsApp associado à campanha do senador. O documento cita, ainda, mais de mil registros de restrições à circulação de conteúdos

políticos identificados pela organização CTRL+Z, com predominância de contas favoráveis ao presidente. Outra denúncia envolve a inteligência artificial da empresa, que teria recusado solicitações para produzir materiais de apoio a Lula, embora atendesse a pedidos semelhantes relacionados ao candidato do PL.

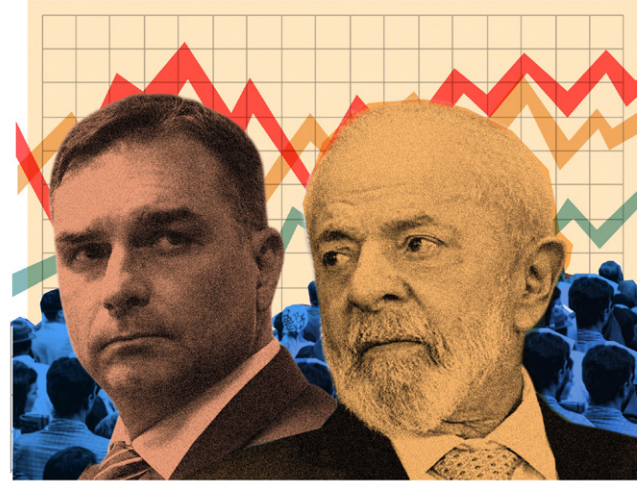
A ofensiva dos parlamentares ocorre depois de a Meta ter sido multada pelo TSE, em 15 de outubro, por descumprimento de determinações judiciais. **(Armando Holanda)**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



O que será o amanhã depois do debate entre Lula e Flávio

O conhecido samba-enredo da União da Ilha do Governador, apresentado no carnaval carioca de 1978, que inspira o título desta coluna, é de autoria de Didi e João Sérgio. Didi era o procurador da República Gustavo Adolfo de Carvalho Baeta Neves, fundador da escola e autor de outros sambas antológicos. Naquele ano, na voz de Aroldo Melodia, *O Amanhã* empolgou o público. A União da Ilha terminou em quarto lugar, mas a composição conquistou um lugar permanente na memória dos brasileiros.

A carnavalesca Maria Augusta levou para a avenida uma indagação que atravessa gerações. Entre adivinhações e expectativas, o enredo traduzia a ansiedade diante do desconhecido. “Como será o amanhã? Responda quem puder.” Quase meio século depois, a pergunta serve de abertura para o debate entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o senador Flávio Bolsonaro, hoje à noite, na TV Globo.

Em 1978, o Brasil atravessava a abertura lenta, gradual e controlada do regime militar. O milagre econômico havia perdido o fôlego e o desgaste da ditadura contrastava com a vitalidade de uma sociedade que procurava recuperar sua voz. Havia incerteza, mas também esperança. Agora, a interrogação volta em circunstâncias muito diferentes. O país pode escolher seu presidente pelo voto, mas continua com dificuldades para discutir o que pretende construir.

O risco de essa discussão ser novamente soterrada por acusações recíprocas é real. O encontro anterior, na Band, no domingo passado, mostrou como a disputa pode se transformar numa espécie de briga de rua, que não tem regras, para definir quem tem a biografia mais comprometida. Cada candidato estudou os pontos vulneráveis do adversário e procurará explorá-los.

Lula carrega o desgaste de quem governa. Precisa explicar por que o crescimento e as políticas sociais não dissiparam a insegurança econômica de tantas famílias; como pretende enfrentar o custo de vida, o endividamento e a criminalidade; e de onde virão os recursos para suas promessas. Também enfrenta o custo político das suspeitas envolvendo pessoas próximas, inclusive seu filho, no contexto das apurações relacionadas ao INSS.

Flávio procura encarnar a mudança, embora pertença a um clã há décadas na política. Precisa esclarecer suas relações políticas e financeiras, as negociações com Daniel Vorcara para financiar o filme sobre seu pai e os vínculos de seu entorno que se tornaram objeto de questionamentos. Ele nega ilegalidades. O encerramento de investigações anteriores, como a das rachadinhas, não elimina as perguntas sobre sua trajetória.

O futuro incerto

Cobrar esclarecimentos é necessário, porém, o eleitor perde quando tudo se converte numa mesma acusação e o debate vira um tribunal sem provas e contraditório. O desafio da abertura recíproca de sigilos, descrito no acordo apresentado pelas campanhas de Lula e Flávio, é um jogo de truco que oferece combustível para mais uma rodada desse confronto. Transparência exige documentos verificáveis e tempo para examiná-los. O debate pode produzir o corte de vídeo que dominará os celulares nas horas seguintes e decidir a eleição, que está numericamente empatada segundo a pesquisa Datafolha divulgada ontem: 50% a 50% dos votos válidos.

Lula representa uma tradição de inclusão social, valorização do trabalho e atuação do Estado na economia, associada ao pacto constitucional de 1988. Essa trajetória ajuda a explicar sua identificação com os mais pobres, mas não responde, por si só, às exigências do próximo mandato. O presidente precisa mostrar como financiar a proteção social, elevar a produtividade e melhorar os serviços públicos. A lembrança das conquistas anteriores ainda demanda uma proposta de futuro.

A contradição de Lula aparece na distância entre a ambição reformadora e a dependência de alianças conservadoras, negociações pouco transparentes e interesses que bloqueiam mudanças. Se reeleito, terá de governar com um Congresso mais adverso. Precisa explicar o que pretende negociar e quais compromissos considera inegociáveis.

Flávio representa a força do bolsonarismo, a extrema-direita que capturou boa parte do centro conservador e combina promessas de liberalização econômica, redução de impostos, dura repressão à criminalidade e fortalecimento da autoridade. Sua candidatura oferece ao eleitor descontente a perspectiva de ruptura com o PT. Precisa demonstrar, porém, como a redução de receitas se concilia com melhores serviços e equilíbrio fiscal, além de esclarecer quais despesas pretende cortar e quem suportará o seu custo.

Há também uma questão institucional. O bolsonarismo mantém uma relação conflituosa com os limites impostos ao poder pelas instituições, a promessa de eficiência precisa ser confrontada com perguntas sobre pluralismo, imprensa, direitos das minorias e independência dos Poderes. Uma maioria eleitoral autoriza governar, mas não autoriza transformar o Estado em instrumento de uma família ou de perseguição aos adversários.

A diferença alcança o lugar do Brasil no mundo. Lula defende autonomia diplomática e diversificação de parceiros. Flávio sinaliza maior aproximação com Donald Trump. Cabe explicar como preservar os interesses brasileiros diante das disputas entre Estados Unidos e China.